



**ESTADO DE SERGIPE
PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE ITAPORANGA D'AJUDA**

**LEI Nº 823/2023
DE 19 DE OUTUBRO DE 2023.**

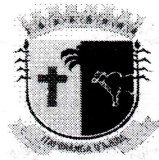
Concede abono especial, de caráter indenizatório e transitório, aos servidores públicos, ativos ou inativos, civis ou do magistério, aos empregados públicos, efetivos, comissionados, contratados temporariamente e estagiários, da Administração Pública Municipal, e aos pensionistas pagos pelo Tesouro do Município e dá providências correlatas.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA D'AJUDA, ESTADO DE SERGIPE, no uso das suas atribuições legais:

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Itaporanga d'Ajuda aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica autorizado o Prefeito conceder Abono Especial, de caráter indenizatório e Transitório, aos servidores públicos, ativos e inativos, comissionados, contratados temporariamente e estagiários, da Administração Pública Municipal, e os pensionistas pagos pelo Tesouro do Município para recebimento da remuneração, dos proventos ou da pensão, conforme o caso, nas competências de outubro, novembro e dezembro de 2023.

Parágrafo único. O abono Especial de que trata o "caput" deste artigo correspondente a um percentual de até 30% (trinta por cento) e deve incidir sobre o valor líquido das parcelas de outubro, novembro e dezembro de 2023, que o servidor civil ou do magistério, ativo e inativo, empregado



**ESTADO DE SERGIPE
PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE ITAPORANGA D'AJUDA**

público ou pensionista, efetivos, comissionados, contratados temporariamente e estagiários, tenham a perceber a esse título e será pago em até 13 (treze) parcelas, iguais e sucessivas, partir de outubro de 2023.

Art. 2º - A contratação de créditos consignados para recebimentos das parcelas remuneratórias de outubro, novembro e dezembro de 2023, não estão sujeitas aos limites de comprometimento da margem consignável.

Art. 3º - O abono especial não será considerado para efeito de cálculo de adicionais, gratificações ou quaisquer outras vantagens do servidor ou empregado público, ficando automaticamente revogado a partir de 31 de novembro de 2024.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução ou aplicação desta Lei deve correr à conta das dotações orçamentarias próprias, consignadas no Orçamento do Município para o Poder Executivo.

Art. 5º - O poder Executivo deve expedir, se for o caso, atos estabelecendo normas, orientações e instruções que se fizerem necessárias à aplicação ou execução desta Lei.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Itaporanga d'Ajuda/SE, 19 de outubro de 2023.

OTÁVIO SILVEIRA SOBRAL

Prefeito Municipal